CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Autonomia patronal se limita à gestão empresarial, informa o órgão

Práticas de assédio eleitoral seguem após fim da votação, pontua TRT-15

O Ministério Público do Trabalho (MTP) da 15ª Região cuja sede é Campinas registrou aumento nas notificações sobre retaliação política no ambiente corporativo após o pleito de 2026. Entre a noite de domingo (25) e a manhã de quarta-feira (28), a regional paulista somou 80 novas queixas, o que representa 37% de todas as ocorrências contabilizadas ao longo do ano. Os dados evidenciam que a coação eleitoral persiste mesmo com o fim da votação, impulsionada por postagens na internet que instigam demissões motivadas pela opção partidária das equipes. Ameaçar, dispensar ou recusar profissionais devido às escolhas eleitorais configura desvio grave. Segundo a procuradora Marina Tramonte, a autonomia patronal se limita à gestão empresarial, devendo ser preservado o direito à livre manifestação ideológica, sob pena de responsabilização legal pelo órgão.

Como denunciar

Qualquer cidadão que presenciar ou for vítima de intimidação política no trabalho pode acionar o MPT de forma remota e anônima pelos portais prt15.mpt.mp.br ou mpt.mp.br. Para instruir as investigações, recomenda-se salvar evidências digitais, como prints de mensagens e postagens, além de áudios e contatos de testemunhas. O órgão reforça que o recebimento de denúncias segue ativo para casos ocorridos em qualquer etapa da eleição.

Cantinho dos Jequitibás: Campinas na França

Campinas figura entre as três finalistas para sediar a Conferência Mundial da Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação em 2028. A cidade se apresenta durante a 43ª edição do evento, a ser realizada entre os dias 27 e 30 de outubro em Cannes e Sophia Antipolis, na França. A reunião congrega representantes de ambientes de inovação internacionais, e a disputa envolve Melbourne e Vizag. Já a escolha ocorre na Assembleia Geral, na quinta-feira (29).

ANDRÉ GOBI



Candidatura tem apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Participantes

A Inova Unicamp lidera a iniciativa com o suporte da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp e o auxílio da Prefeitura. A PUC-Campinas, o CPqD e o CNPEM participam do processo. A concentração de instituições de pesquisa e desenvolvimento fundamenta a proposta. A 43ª conferência terá como tema "Tecnologia para a Humanidade: moldando valores para um futuro centrado no ser humano".

PINGA-FOGO

Pedágio mais barato

A partir de domingo (1ª) uma nova concessionária, a Rota Mogiana, começa a operar a Rod. Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros (SP-340), a Campinas-Mogi, com a promessa de queda, em até dois anos, de 13,07% no valor do pedágio de Jaguariúna. Atualmente, o preço é de R$ 8,80, mas a projeção é chegar a R$ 7,65 até 2028.

Ampliação de faixas

De acordo com o Governo de São Paulo, a nova concessão contempla a ampliação da SP-340 com foco nos locais de tráfego mais intenso, entre Campinas e Mogi Guaçu. Estabelece a construção de terceiras faixas, a execução de obras voltadas à segurança, à modernização da sinalização e à recuperação integral do pavimento.

R$ 9,4 bilhões

A secretaria estadual de Parcerias em Investimentos informa que a concessão abrange 520 quilômetros no total, sendo 346 anteriormente geridos pela concessionária Renovias e 164 pelo DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo). O contrato projeta aportes de R$ 9,4 bilhões durante 30 anos.

Campinas e Ribeirão

Ainda de acordo com o Palácio dos Bandeirantes, a modernização viária nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto beneficianrá dois milhões e 300 mil habitantes distribuídos em 22 municípios. O plano viário contempla a construção de 36 quilômetros de ciclovias e instalação de 135 abrigos para passageiros em pontos de ônibus.

Duplicações

As ciclovias serão implantadas na Rod. Pref. Aziz Lian nos limites de Artur Nogueira, Holambra, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse, bem como na Adhemar de Barros, em Águas da Prata. O pacote - de intervenções da nova concessão - abrange 217 quilômetros de duplicações, e de 138 de pistas adicionais, e de terceiras faixas.

Melhorias

Além disso, prevê 86 quilômetros de vias marginais inéditas, 58 passarelas para pedestres, 129 entroncamentos, 24 estruturas entre pontes e viadutos, e implantação, e remodelação de 151 dispositivos de acesso. O governo paulista prevê aporte de R$ 544,2 milhões nos dois primeiros anos da concessão.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Marcha para Jesus reúne cristãos em caminhada no centro do Rio de Janeiro

Eleitor evangélico é heterogêneo, pontua pesquisa da Unicamp

Tese analisou formação política dos religiosos e representação política deles

Por **Raquel Valli**

A participação religiosa e os vínculos comunitários influenciam as preferências políticas dos evangélicos, mas não eliminam a diversidade de opiniões do grupo. A conclusão é de uma tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que analisou a formação política desse eleitorado e sua representação no Congresso. Desenvolvida por Marcela Gimenes Tanaka, sob orientação da professora Rachel Meneguello, teve financiamento da Capes. Segundo o IBGE, os evangélicos passaram de 3,4% da população brasileira, em 1950, para 26,9%, em 2022. No mesmo período, os católicos recuaram de 93,5% para 56,7%. A Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003 com 50 deputados e um senador, chegou a 220 deputados e 26 senadores na legislatura de 2023 a 2027.

A tese aponta que as preferências políticas são construídas por experiências coletivas. A convivência em cultos, escolas dominicais e grupos religiosos fortalece referências compartilhadas, que ajudam os fiéis a interpretar temas complexos. O processo é relevante entre pessoas que se convertem na vida adulta e incorporam novos vínculos sociais. A percepção de ameaças à comunidade também pode estimular a mobilização política.

Tanaka cita registros de 1985, quando o jornal Mensageiro da Paz, ligado à Assembleia de Deus, defendia candidatos comprometidos com os valores religiosos.

A pesquisa identificou relações distintas entre religiosidade e confiança nas instituições. Entre católicos entrevistados, maior importância atribuída à fé esteve associada a menor confiança institucional. Entre evangélicos, a relação foi inversa. Para Tanaka, a presença de representantes religiosos em espaços públicos pode contribuir para legitimar instituições como o Congresso e o Judiciário. O eleitorado evangélico, porém, não é homogêneo, e as lideranças não determinam automaticamente o voto. Pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (Iser) com a Quaest, realizada em 2026, indica que entre 80% e 91% dos evangélicos rejeitam indicações de candidatos ou debates partidários nos templos. Segundo Tanaka, diferenças teológicas ajudam a explicar a resistência ao uso das igrejas para fins eleitorais.